



## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE REGULAR DE ENSINO**

Adriana Machado\*

### **RESUMO**

Esta pesquisa foi realizada no município de Sinop com o intuito de verificar como se dá a Educação Escolar Inclusiva na Rede Municipal. Para coleta de dados foram feitas entrevistas com três professores da área da educação de duas escolas e a pessoa responsável pelo departamento de Educação Especial do município. As questões abordavam as Políticas Públicas e como estas se apresentavam em sala de aula, na questão da inclusão, currículos e planejamentos adaptados.

**Palavras-chave:** Educação especial. Políticas Públicas. Síndrome de Down. Professores.

### **1 INTRODUÇÃO**

O tema Inclusão gera várias opiniões acerca do que se trata especificamente a palavra. Neste artigo, será abordada a inclusão no ambiente escolar trazendo como foco as Leis de Inclusão que asseguram o direito da criança com Síndrome de Down (SD) a uma escola gratuita que ofereça igualdade e educação de qualidade.

Os autores que embasaram esta pesquisa foram Romeu Kazumi Sassaki (2003), que aborda a inclusão social de maneira a construir uma sociedade justa e igualitária, focada na valorização da diversidade humana, e Marcos José Mazzota (1993), que oferece um abrangente estudo sobre a história da Educação Especial no Brasil, desde a segregação, até chegar ao que conhecemos hoje.

---

\* Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE REGULAR DE ENSINO**, sob orientação da Dr.<sup>a</sup> Fátima Aparecida Silva Iocca do Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, em 2014/2.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação inclusiva visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, onde de acordo com Aranha (2004, p. 8) “A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica”, atendimento educacional especializado, sem prejuízo da sua escolarização regular, onde a estimulação e integração podem minimizar dificuldades e ampliar o que a criança tem de melhor, Aranha (2004, p. 7) afirma ainda:

A escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de seus alunos, de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim a escola só poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno [...] Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Supõe-se nestas considerações, que a qualidade e organização dos professores e gestão escolar, no respeito das singularidades da criança, ofereçam o atendimento educacional especializado, facilitando sua forma de socialização e aprendizagem. Porém quanto ao atendimento especializado, Lins (2009, p. 56) retrata a educação especial em dois ambientes diferenciados, onde a criança pode tanto ir para a escola especial, e dessa forma ter acesso ali mesmo ao atendimento especializado, ou então ir para a escola regular e ter o acompanhamento como complemento e extensão da escola. Evidenciando que a segunda alternativa seria a mais indicada, proporcionando um direito amplo a educação formal. Carvalho (2004, p. 106) faz a seguinte orientação referente à escola:

A escola deve proporcionar a todos, conhecimentos e capacidades críticas, isto é, as ferramentas estratégicas capazes de contribuir para a criatividade para o pleno desenvolvimento individual, bem como para o enfrentamento da pobreza. Todos esses são valores defendidos na proposta da educação inclusiva.

Sabendo-se que a educação inclusiva, tem o intuito não apenas de socializar, mas incluir de fato, acreditando que quanto mais o professor se entrega a atividade de montar seu planejamento de forma aberta e flexível com atividades concretas e prazerosas, incentivando-a e extraindo dela toda a sua potencialidade, mais oportunidades a criança SD terá de desenvolver suas habilidades.

## **3 METODOLOGIA**

A rede municipal de ensino atende hoje 15 (quinze) crianças com SD, na rede regular de ensino, na educação infantil e nível fundamental. Destes escolhemos duas escolas, onde foram observadas as metodologias trabalhadas, adaptação do currículo, socialização e desenvolvimento das crianças, uma de 1º ano e outra de 5º ano do ensino fundamental, para tanto se observou em sala como se dá a interação de aluno e professor e demais colegas, estrutura física e sala de recurso.

As entrevistas foram realizadas com 3 (três) professores, denominados pela letra P seguida de numeral de 1 a 3 para professores, ou seja, P1; P2; P3; e outra entrevista ocorreu com o departamento de educação especial, denominado por S, onde se abordou sobre os processos educacionais desenvolvidos para a inclusão, formação de professores nesta área, aceitação das diferenças na rede regular de ensino, atendimento especializado, entre outros que possam envolver o bem estar e educacional do SD.

#### **4 PESQUISA DE CAMPO**

A pesquisa é vista como fonte de conhecimento de determinados assuntos no qual temos dúvidas ou gostaríamos de aprofundar determinados estudos pré-existentes, nesta foi utilizada a pesquisa de campo com observações e entrevistas, buscando obter o material necessário, que de acordo com Gil (1993, p. 19):

Pode se definir pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder o problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem, que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa foi realizada no período de 16 a 20 de junho de 2014, abordando a SD e as Políticas Públicas, buscou-se verificar como se dá o processo de ensino aprendizagem e inclusão das crianças com SD.

#### **5 RESULTADOS DA PESQUISA**

No período de realização da pesquisa houve casos em que alguns professores se negaram a dar entrevistas, mas concordaram em conversar sobre o assunto, dando sua opinião sobre a inclusão, porém, não fazem parte do grupo pesquisado, mas deixando claro que as crianças SD, ou qualquer outro educando especial deve estar na escola apenas para a

socialização, pois a parte pedagógica em alguns casos é difícil e em outros inimagináveis, impossíveis.

Nesta perspectiva, Carvalho (2004) enfatiza três tipos de profissionais na relação professor/ aluno. Os que temem por não se sentirem preparados, os que toleram, cumprindo as ordens da lei inclusiva, mas na verdade a criança SD é que sofre o abandono, segregação e exclusão em sala, e por fim aqueles que rejeitam, afirmando não darem conta nem dos alunos normais, colocando culpa na desmotivação e nos baixos salários.

Quando questionadas sobre a inclusão, as entrevistadas mantiveram respostas similares (P1, P2) destacando a fala a seguir: O que você pensa sobre a inclusão?

**(01) P1:** [...] sei lá, essas crianças deveriam vir à escola umas duas vezes na semana, só pra socialização mesmo, depois ir fazer outra coisa, tipo natação, artesanato, elas não aprendem mesmo, e o professor não tem respaldo nenhum, nenhuma ajuda. A inclusão deve ser só pra socialização [...].

Neste aspecto, Sasaki (2003, p. 42) descreve o que é inclusão social e como ela ocorre. “A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos [...] e na mentalidade de todas as pessoas [...]”, dessa forma compreende-se como direito da criança, não só a socialização, mas participação efetiva nas aulas, na escola e na sociedade como um todo, com adequações a sua deficiência e necessidade.

Segundo o Departamento de Educação Especial, o grande empecilho para que se faça valer os direitos do educando especial, ainda é a falta de interesse, preparo e a busca por qualificação do profissional.

**(02) S:** Infelizmente há professores que não só não querem participar desta formação como também não aceitam alunos com necessidades especiais em sua sala. Mas a formação existe para quem tem o interesse, dando resultados positivos com relação a inclusão e currículos adaptados.

Este profissional por sua vez, destaca que a falta de comprometimento e reconhecimento por parte da Secretaria de Educação faz com que não se tenha estímulo para prosseguir com o trabalho diferenciado que esta criança necessita.

O professor P3 entrevistado relata que faz um trabalho diferenciado juntamente com a professora da sala de recursos para que o aluno possa acompanhar a turma na medida do possível, adaptando currículos e tendo um planejamento exclusivo para o aluno Down, porém nunca houve interesse por parte da secretaria de educação especial, nem mesmo da própria gestão escolar de conhecer este trabalho. Quando questionada: Tem um currículo adaptado para a criança SD?

**(03) P 3:** A gente se sacrifica sabe, pra oferecer um atendimento diferenciado, mas a educação especial nunca veio até a escola para ver o caderninho dele, ou o meu, para ver como o trabalho ta sendo desenvolvido, se é assim ou não. Mas se não tiver, eles iriam aparecer e cobrar.

**(04) P 2:** Eu gosto de sempre trabalhar em parceria sabe, porque é importante pra eles que a gente uso material concreto, trabalhando a memorização [...] eles gostam mais, é bom ver eles aprendendo o que nós ensinamos.

Segundo a professora P03, quanto ao reconhecimento, isto desestimula o profissional que desenvolve este trabalho, por não haver o devido reconhecimento. Sasaki (2003) aborda a importância de se preparar a escola para incluir, bem como preparar o aluno para ter sucesso em sua vida social e profissional, dessa forma fica a cargo da escola o treinamento de todos os funcionários para receber as crianças, bem como reorganização de material e acompanhamento de todos, visando o bem maior, que neste caso trata-se da criança, sem deixar de dar luz e valorização ao trabalho do professor, que Artioli e Guimarães (2003, p. 11) ressaltam:

A docência é uma profissão aprendida que não se esgota na formação e, por isso, a educação inclusiva dos alunos com necessidades especiais é uma questão de investimento e prioridade, de política educacional definida pelas esferas federal, estadual e municipal, mas de forma decisiva quando a escola e sua comunidade acadêmica se abrem para essa possibilidade.

Lins (2009) também destaca que deve haver companheirismo, compromisso e colaboração, entre todos os envolvidos na educação da criança Down, membros da escola, e equipe de apoio, visando á melhoria nas habilidades do educando no desempenho educacional.

Acesso (entendido como o percurso da casa à escola) de muitos alunos deficientes geralmente está limitado, em função das barreiras arquitetônicas existentes e as dos meios de transporte que, em sua quase totalidade, não estão adaptados. Mas pior do que essas barreiras físicas, é a barreira atitudinal, seja pela declarada e evidente rejeição a deficiência e ao deficiente, seja pela sua manifestação de tolerância (CARVALHO, 2003, p. 25).

Ou seja, afirma-se que a participação, aceitação e inclusão, dependem de todas essas questões, e mais, da mão de obra humana e de suas adaptações, que em sala baseiam-se nos currículos de inclusão. É fato que as Políticas de Educação Inclusiva existem e que cada vez mais a inclusão vem se fazendo parte da realidade educacional:

A situação administrativa dos órgãos gestores da educação especial, nas diversas secretarias de educação é outra barreira no contexto das macro-relações, varia muito nas unidades federadas, com implicações diretas sobre a organização do atendimento educacional. Apesar de no MEC a educação especial constar de uma estrutura orgânica como Secretaria, em igualdade administrativa com os demais, responsáveis pelo grau de ensino, essa equivalência não é, necessariamente, imitada pelas secretarias estaduais e municipais de educação. Nestas além de equipes mínimas (3 à 4 pessoas), a educação especial não tem o mesmo nível hierárquico conferido ao ensino fundamental, médio ou superior (CARVALHO, 2003, p. 33).

A equipe de apoio que hoje atende a demanda dos educando especiais é formado por 4 (quatro) funcionários públicos específicos de cada área, sendo elas fonoaudióloga, fisioterapeuta, psicóloga e uma assistente social. Na fala da responsável pela educação especial, esta equipe não consegue atender a demanda que a rede municipal de ensino possui o que acarreta em uma enorme fila de espera para os atendimentos necessários aos educandos especiais.

As escolas costumam fazer alusão a serviços de apoio especializado para desenvolver um trabalho de qualidade. Dentre os especialistas são citados neurologistas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, assistentes sociais, entre outros. Existe a ideia de que o aluno precisa suprir algumas necessidades específicas que poderão ser atendidas por um, ou vários especialistas, bom como que estes profissionais poderiam ajudar o professor a descobrir caminhos possíveis para facilitar a aprendizagem do aluno. A falta de atendimento diferenciado ao aluno com necessidades especiais é apontada como um dificultador à inclusão, mostrando a relação à rede de serviços de saúde e assistência, fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos (ARANHA, 2004 p. 21).

No caso da Síndrome de Down, que é maioria no município, segundo dados da própria secretaria, necessita de todos os profissionais da equipe de apoio para obter um melhor desempenho na parte social, cognitiva, motora e pedagógica. Acompanhamento esse assegurado por Leis de Inclusão, e que como visto, consta no Programa de Educação Inclusiva:

As situações de aprendizagem na escola devem emprestar a criança síndrome de Down uma sensação de identidade pessoal, auto-respeito e prazer. A escola deve oferecer uma oportunidade para as crianças envolverem-se em relacionamentos com os outros e deve prepara-las para, posteriormente, contribuir de forma produtiva para a sociedade (PUESCHEL, 2005, p. 180).

Situações essas, que de acordo com os professores entrevistados, não existem, eles, em unanimidade, sentem a falta desses profissionais dentro das escolas, para que se desenvolva um trabalho específico não apenas com a criança, mas com o professor. Quanto à pergunta: Como é a participação dos demais envolvidos (equipe de apoio)?

**(05) P1:** O pessoal da educação especial deveria visitar a escola e saber o que acontece aqui dentro, pelo menos uma vez por mês entrar aqui na sala pra ver como a gente ensina, as adaptações, o desenvolvimento, mas você acha que aparece alguém? Ninguém.

O profissional da educação sente-se sozinho neste caso, porque mesmo tendo parceria com o professor de recurso, acha necessário que seja feita pelo menos uma visita mensal para dar o respaldo necessário na integração e inclusão da criança. Ainda na fala dos entrevistados, a formação continuada ocorre em horários pouco acessíveis, onde muitas vezes os professores não conseguem frequentar, e quando participam da formação dizem que a teoria não condiz com a prática que deve ser exercida em sala.

Obteve-se a seguinte resposta com relação à pergunta: Você tem formação específica na área de educação especial ou participa de formação continuada?

**(06) P1:** Primeiro que a formação continuada é em horário de aula, quase ninguém participa. Ai a gente vai lá pra ouvir falar de leis e mais leis, isso eu já sei. Eu quero é aprender como por isso em pratica lá na sala de aula. Quero ver os métodos, os resultados.

Um dos entrevistados diz que quando fez o curso nem se quer havia na grade curricular a disciplina de educação especial. A questão abordada era: Você estava preparada para receber a criança com SD?

**(07) P2:** Vocês ainda estão com sorte, quando saí da UNEMAT, não havia nem disciplina sobre leis de educação especial, quanto mais preparo para receber uma criança deficiente.

Artioli e Guimarães (2003, p. 56) destacam neste contexto que o fracasso escolar das crianças especiais está ligado ao déficit na formação inicial dos professores bem como a formação continuada que não atende as necessidades escolares acarretando no abandono escolar. Outra questão apontada pelas autoras é a inadequação dos currículos:

O currículo tem uma visão de conhecimento como algo que se constrói, em permanente transformação, em uma relação interativa com o contexto histórico cultural, bem como as dimensões políticas, pedagógicas e sociais. [...] construir currículo funcional de acordo com as turmas e suas individualidades.

Além de currículos adaptados, a socialização carrega consigo pontos fundamentais para o desenvolvimento, visto que a criança imita o comportamento dos colegas e professores, o que beneficiará o seu aprendizado.

De acordo com a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, art. 02, é obrigatório que se ofereça programas de educação especial na rede regular de ensino. No artigo 8º desta mesma Lei, prevê a punição para o estabelecimento que recusar este aluno, sem justa causa, porém algumas escolas alegam não ter profissionais preparados para receber este educando. A Lei Nº 9.394/ 96 prevê que os sistemas de ensino devem receber e matricular todos os alunos, cabendo às escolas e aos profissionais se organizarem, assegurando todas as condições necessárias para atender a este educando com necessidades especiais a educação de qualidade.

O Programa Educação Inclusiva (ARANHA, 2004, p. 18), prevê que é necessário e dever dos estados e municípios “Professores especialistas em educação especial em número suficiente para atendimento especializado aos alunos e para dar suporte aos professores do ensino regular”.

Dessa forma, entende-se que o município está em dívida com a educação inclusiva, oferecendo um serviço que na verdade não satisfaz a demanda. Nas observações feitas em sala no decorrer da pesquisa, pode-se observar que as crianças têm sim capacidade de serem incluídas socialmente no ambiente escolar e serem alfabetizadas.

A criança SD possui capacidades, e quem está com ela precisa possuir a paciência, adaptação curricular, planejamentos específicos e formação continuada que ajudem e dê subsídios necessários para o aprendizado e autonomia da criança.

## **6 CONCLUSÃO**

A pesquisa só tem sentido, quando o objeto pesquisado nos faz pensar em mundo realmente mais justo, onde o seu diagnóstico, não poderá impor barreiras e limitá-lo ao seu próprio mundo.

No decorrer da pesquisa concluímos através dos contextos observados, que a inclusão é uma prática cada vez mais frequente, apesar de ainda necessitar de uma efetivação das Políticas Públicas, com gestores comprometidos e com conhecimentos necessários sobre a SD. Vemos que ainda não existe estrutura suficiente para atendê-las, é necessário então que se repense, invista e cobre do Poder Público Municipal (executivo, legislativo e judiciário), para que se obtenham recursos necessários e assegure de fato, que todas as pessoas sejam atendidas.

A inclusão é muito mais do que deixar a criança brincando com massinha de modelar ou pintando desenhos. Está ligada a adaptação, aceitação e condições de estar aberto a mudanças, receber a criança e fazê-la parte da sala, de aula em sua vida educacional e social.

## **PUBLIC POLICY OF EDUCATIONAL INCLUSION FOR STUDENTS WITH DOWN SYNDROME ENROLLED IN REGULAR SCHOOLS**

### **ABSTRACT<sup>1</sup>**

This research conducted in the city of Sinop to verify how Inclusive Education at the Municipal Education. For data collection were conducted interviews with three teachers of educational area from two schools and the person responsible by the Special Education Department of the city. The questions addressed the Public Policy and how they had in the classroom, on issue of planning, inclusion and curriculum adapted.

**Keywords:** Special Education. Public Policy. Down Syndrome. Teachers.

### **REFERÊNCIAS**

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação Inclusiva:** a família - a escola - a filosofia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 4.

---

<sup>1</sup> Tradução realizada por Marli Cichelero do Conselho de Tradutores para Línguas Estrangeiras (CTLE) da **Revista Eventos Pedagógicos**.

ARTIOLLI, Ana Lucia; GUIMARÃES, Tânia Maria Maciel. **Repensando a Educação Especial: Contexto, Legislação, Paradigmas e Refazer Pedagógico**. CEAD-UNEMAT, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida; PIMENTEL, Suzana Couto. Atendimento Educacional Específico Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. In: DÍAZ, F., et al. (Orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-28.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo. Atlas. 1993.

LINS, Alina Mendes de Faria. **Políticas Públicas para Inclusão de Crianças com Síndrome de Down no Ensino Regular: um estudo sobre o Projeto SUPER (ação)**. Salvador. 2009. 126f. (Dissertação de mestrado em Políticas Sociais e Cidadania)- Universidade Católica de Políticas Sociais de Salvador, Salvador, 2009.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

PROFESSOR P1. **Professor P1**: Depoimento [16 jun.2014] Entrevistadora: Adriana Machado. Sinop, MT, 2014. Gravação Digital (35 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Políticas Públicas de Inclusão Escolar para alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino.

PROFESSOR P2. **Professor P2**: Depoimento [16 jun.2014] Entrevistadora: Adriana Machado. Sinop, MT, 2014. Gravação Digital (58 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Políticas Públicas de Inclusão Escolar para alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino.

PROFESSOR P3. **Professor P3**: Depoimento [18 jun.2014] Entrevistadora: Adriana Machado. Sinop, MT, 2014. Gravação Digital (23 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Políticas Públicas de Inclusão Escolar para alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. São Paulo: Papirus, 1993.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA. 2003.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. S: Depoimento [20 jun.2014] Entrevistadora: Adriana Machado. Sinop, MT, 2014. Gravação Digital (1 h 42 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre Políticas Públicas de Inclusão Escolar para alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino.